

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

TERRITÓRIOS INDÍGENAS E OS DISCURSOS DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: O
ESTADO E A ATUAÇÃO CORPORATIVA NO MÉDIO XINGU

Fabio Augusto Nogueira Ribeiro (USP-PROCAM)

Territórios Indígenas e os Discursos do Desenvolvimento na Amazônia: O Estado e a Atuação Corporativa no Médio Xingu

Resumo: com base na pesquisa realizada na Terra Indígena Koatinemo e na cidade de Altamira, Estado do Pará, o objetivo do trabalho é avaliar os impactos da atuação estatal e corporativa sobre os territórios indígenas localizados no Médio Xingu. Inicialmente é constatado que, por um lado, a atuação estatal na área ganhou impulso a partir do regime militar, quando a abertura da rodovia Transamazônica e a implantação de projetos de colonização resultaram na “pacificação” de diversos grupos indígenas. Por outro, a atuação de corporações “socioambientalmente responsáveis” na Amazônia expandiu-se a partir do processo sincrônico, observado no início da década de 1990, de abertura da economia brasileira e de emergência do ambientalismo em escala global. Embora fundamentados em discursos distintos, ambos os atores ignoram, na execução de suas políticas, as especificidades culturais indígenas. Nesse sentido, tendo em vista que no caso das sociedades indígenas as práticas econômicas e de produção do espaço são reguladas por instituições peculiares, é defendida a hipótese de que tanto a atuação estatal como a corporativa em territórios indígenas, ao desconsiderarem aspectos básicos das culturas ameríndias, terminaram por engendrar significativas mudanças nos modos de organização econômica e de apropriação e uso do território.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo fazer uma breve avaliação das transformações geradas pela atuação estatal e corporativa nos territórios indígenas do Médio Xingu, Estado do Pará. Embora fundamentados em ideologias aparentemente antagônicas, tanto o Estado quanto o sistema corporativo desconsideram, na execução de suas políticas, as especificidades culturais que distinguem as sociedades indígenasⁱ das capitalistas. Ou seja, ignora-se o fato de que nas sociedades indígenas tanto as práticas econômicas, como a organização política e a própria concepção de espaço e tempo são condicionadas e reguladas por instituições peculiares. Por esta razão, a hipótese defendida é a de que o Estado e o sistema corporativo multinacional, ao fundamentarem suas políticas em ideologias - cada uma com suas especificidades discursivas - de caráter positivista e

etnocentrista e numa racionalidade instrumental, terminaram por engendrar significativas modificações nos modos tradicionais de apropriação e uso dos territórios e nas formas de organização das economias indígenas, embora tal fenômeno não possa ser considerado como um processo de homogeneização cultural. Com base na pesquisa de campo realizada ao longo dos últimos três anos tanto na cidades de Altamira como na Terra Indígena Koatinemo, a hipótese será testada através da avaliação da atuação do Estado (através da Funai) e do sistema corporativo (através da parceria comercial entre a suposta cooperativa indígena Amazoncoop e a multinacional britânica de cosméticos The Body Shop) nos territórios indígenas do Médio Xingu.

Dada a complexidade do problema em questão e a multiplicidade das perspectivas de análise nas ciências humanas, ao longo desse trabalho é desenvolvido um diálogo entre duas disciplinas que há muito estão debruçadas sobre a problemática do território e da cultura: a geografia e a antropologia. De um lado, entende-se a geografia como uma ciência social que, embora focada na relação universal entre sociedade e espaço, busca historicizar e espacializar os fenômenos sociais. Nesse caso, o procedimento apresentado por Moraes (2000) de subdividir a geografia com base em três dimensões fundamentais da vida social - economia, política e cultura - oferece um bom instrumental para o tratamento do problema de pesquisa apresentado. De fato, os impactos da atuação do Estado e do sistema corporativo multinacional sobre os territórios indígenas podem ser interpretados a partir de qualquer uma das relações socialmente construídas: espaço-valor, espaço-poder, espaço-ideologia.

A antropologia, de outro lado, pelo menos em sua vertente francesa, fundamenta-se num método contrário ao da geografia. Se esta constrói universais abstratos e depois os particulariza no tempo-espaço, aquela parte do concreto, através das etnografias, para chegar ao universal, através da etnologia. No Brasil, como mostra Viveiros de Castro (1999), a antropologia indígena divide-se em duas vertentes principais: a chamada "escola contatualista", cujos expoentes são Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, e a escola da "etnologia clássica", iniciada com os trabalhos de Curt Nimuendajú. Apesar dos inúmeros estereótipos que distinguem as duas escolas, a principal distinção entre as duas abordagens parece residir no fato de que enquanto a escola contatualista, ao fazer uma sociologia do Brasil indígena, concebe as populações indígenas como parte do Brasil, a

escola clássica entende-as como situadas no Brasil. Segundo esse mesmo autor, a USP foi uma das poucas escolas de antropologia no Brasil que conseguiu fundir, através de uma "antropologia histórica", as duas abordagens analíticas. Considerando o maior potencial interpretativo dessa perspectiva que unifica os aspectos éticos e ênicos do problema, se o instrumental desenvolvido pela escola contatualista colabora para o entendimento da dinâmica engendrada pela relação entre a sociedade nacional em expansão e os territórios indígenas, ou seja, a "fricção interétnica" (OLIVEIRA, 1978), a escola clássica elucida algumas questões relativas ao processo de continuidade e mudança cultural das populações indígenas, seja na dimensão social, econômica, política, territorial ou cosmológica.

I - Territórios indígenas e os discursos do desenvolvimento na Amazônia

O governo militar e a produção estatal do espaço amazônico

Históricamente, o processo de colonização da Amazônia foi intensificado na segunda metade do século XX por governos populistas e ampliado pelo governo militar a partir dos anos 1960. O golpe de 1964 representa um marco crucial para o entendimento da história econômica e territorial recente da Amazônia brasileira. À diferença das frentes de colonização anteriores, a estratégia militar buscava associar aos objetivos geopolíticos e econômicos do governo grandes investimentos estatais e estrangeiros. Já em 1966, a operação Amazônia usava principalmente a política de incentivos fiscais em favor do grande capital e da pecuária extensiva. Neste sentido, a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Banco da Amazônia (Basa) concretizaram esta política. De acordo com Mello (2006), essas novas frentes eram marcadas por três características principais: a) a agregação de aspectos geopolíticos e econômicos na teoria da segurança nacional (daí a famosa assertiva "integrar para não entregar"); b) a transferência de população - "Homens sem terra para terras sem homens"; c) a colonização oficial. Ainda segundo essa autora, a partir do regime militar o planejamento regional e a produção estatal do espaço amazônico assumiram proporções significativas. As políticas de investimento pesado em infra-estrutura - construção de grandes eixos rodoviários, complexos hidrelétricos -, a decisão de instalar e fomentar o agronegócio assim com a atividade madeireira e mineradora, e a prioridade dada à demarcação de Terras Indígenas e Unidades de Conservação nas áreas de fronteira tornam evidentes os objetivos do governo militar.

Pautada na lógica de eliminação dos obstáculos à exploração dos recursos naturais, esta política teve como resultado a intensificação dos conflitos sociais e da dilapidação ambiental.

Com relação a problemática dos territórios indígenas, a atuação e a ideologia dos militares gerou resultados essencialmente contraditórios. Fundamentados numa ideologia positivista/evolucionista que localizava as sociedades indígenas no início de uma escala civilizatória unilinear, os militares em nenhuma ocasião entendiam os territórios indígenas como um fim, mas sim como um instrumento, reproduzindo assim a mais eficaz ideologia geográfica brasileira, a qual considera o Brasil como um espaço e não como uma sociedade (MORAES, 2005). Tal ideologia teve como resultado prático uma política indigenista instrumentalista, ditada por interesses ora econômicos, ora geopolíticos.

Ora, se por um lado os territórios indígenas situados nas fronteiras constituíam uma eficaz ferramenta geopolítica, os territórios indígenas do interior (ou seja, da não fronteira) eram considerados como um obstáculo ao desenvolvimento e progresso do país. Nesse último caso, as sociedades indígenas "ocorriam" no ambiente dos projetos a serem implantados pelo governo federal. Segundo Viveiros de Castro e Andrade (1988), tal inversão deixa evidente o objetivo dos militares de transferirem para as grandes obras de engenharia o papel de sujeito na produção e ordenação do território amazônico, papel este que era e de certa forma ainda é desempenhado por diversos atores, entre eles as sociedades indígenas. Estas, ao constituírem o maior "problema ambiental" das obras de engenharia estavam fadadas ou à assimilação pela sociedade nacional ou à extinção.

Globalização, ambientalismo e territórios indígenas

Posteriormente, a emergência da problemática ambiental em escala global teve como consequência importante a transformação do conteúdo do debate sobre o processo de desenvolvimento da Amazônia brasileira. Os enormes danos ambientais e mazelas sociais - dos quais Serra Pelada é um exemplo emblemático - desencadeados pela política de integração da Amazônia ao território nacional passaram a ser usados como bandeiras pelos movimentos ambientalistas no final da década de 1980. Conseqüentemente, concomitantemente ao aumento da pressão para integrar aspectos ecológicos ao planejamento estatal (MELLO, 2006), diversas ONGs ambientalistas começaram a ocupar

os espaços políticos outrora dominados pelo Estado. Difundiu-se internacionalmente a imagem da Amazônia como maior patrimônio ambiental da Terra, o "pulmão do mundo". As populações tradicionais, que na década de 1970 constituíam obstáculo ao progresso, passaram a ser entendidas como atores fundamentais para a conservação do bioma amazônico. Desde então, tanto as sociedades como os territórios indígenas estão no foco dos interesses conservacionistas devido às "funções ambientais" que exercem (GALLOIS, 2001).

No plano da economia-mundo, a queda do socialismo no final da década de 1980 e o triunfo da ideologia liberal, tal qual definida por Wallerstein (2002), resultou numa tendência sincrônica, à moda Consenso de Washington, de explosão das corporações multinacionais, de abertura das economias e de mutilação da máquina pública dos Estados nacionais. Na dimensão corporativa, tendo em vista a enorme capacidade do sistema capitalista em se apropriar e transformar ao próprio favor os mais variados discursos, a ideologia ambientalista "turbinou" as estratégias das grandes empresas multinacionais. No Brasil, esta conjunção de fatores coincidiu com a ascensão ao poder da ideologia neoliberal, personificada no "caçador de marajás". Nesse caso, o triunfo do neoliberalismo associado ao término da chamada "década perdida" - na qual o Brasil atravessou uma sucessão de crises econômicas hiperinflacionárias - resultou na abertura sistemática da economia nacional e no início do processo de privatização do Estado.

No caso da Amazônia brasileira, a fusão entre neoliberalismo e ambientalismo, além de causar a explosão já mencionada da atuação de ONGs, teve como consequência o incremento da atuação de empresas multinacionais "socioambientalmente responsáveis", cujas matérias-primas são as chamadas "commodities ambientais", ou produtos florestais não madeireiros (PFNMs). Em contato com diversas populações amazônicas extrativistas e indígenas, essa modalidade de atuação corporativa é apresentada sob o rótulo de "parcerias comunidade-empresa". Por trás do discurso do desenvolvimento sustentável e da valorização da tradição local, a experiência recente - da qual a "parceria" apresentada nesse trabalho é uma evidência concreta - torna patente os objetivos das empresas: em primeiro, e aproveitando a regulação deficiente efetuada pelo Estado, acessar os recursos naturais controlados pelas comunidades. Em segundo, e esse é o ponto nevrálgico da questão, associar o nome das empresas à causa ambientalista e indigenista amazônica.

Dessa forma, se na década de 1970 os militares entendiam os territórios indígenas, senão como ferramentas geopolíticas, como entraves ao progresso do Brasil, na década de 1990 esses mesmos territórios passaram a ser utilizados como um potente instrumento de marketing corporativo multinacional. Apesar das evidentes diferenças entre esses dois atores fundamentais na apropriação, na representação e na produção do espaço amazônico, a ideologia naturalizanteⁱⁱ (LANDER, 2005) da modernidade e da civilização parece ser a força motriz de ambos. Mas, se nas ações dos militares tal ideologia associava-se ao discurso nacionalista-positivista do progresso e integração nacional, nas práticas das corporações multinacionais a modernização civilizatória está enraizada no discurso pós-colonialista da globalização e do desenvolvimento sustentável. Assim, como argumenta Coronil (2005), se antes o *locus* do poder e do progresso situava-se na Europa Ocidental, e nesse sentido, no caso brasileiro, os militares buscavam um desenvolvimento mimético tendo como referência o modelo europeu, no final do século XX o globocentrismo, munido de um discurso hegemônico de homogeneização dos espaços geográficos e das culturas, passou a ocupar o centro do palco.

Territórios indígenas e as políticas de desenvolvimento na Amazônia

Os impactos das políticas estatais e corporativas sobre os territórios indígenas da Amazônia podem ser interpretados dentro do contexto da valorização do espaçoⁱⁱⁱ e da formação territorial, esta entendida como a manifestação historicizada e espacializada daquela. Comparando as especificidades de valorização do espaço e uso do território pelos diferentes atores em questão - Estado, sistema corporativo e sociedades indígenas -, assim como os conflitos daí decorrentes, pode-se chegar a algumas determinações.

Em primeiro, a estratégia geopolítica e econômica empreendida pelo governo militar na Amazônia gerou uma conformação territorial na qual a dilapidação ambiental e os conflitos fundiários expressam a irracionalidade da ideologia progressista e integracionista. Em segundo, a valorização capitalista dos territórios indígenas por parte do sistema corporativo multinacional resultou numa situação peculiar na qual esses territórios em parte passaram a constituir apêndices das economias centrais européias. Através de um procedimento discursivo que enfatiza a relação global-local, tais práticas além de dissolver

as fronteiras nacionais transformaram os territórios indígenas em fontes expressivas de recursos naturais materiais (commodities) e imateriais (uso da imagem).

Finalmente, no caso das sociedades indígenas o processo de formação territorial não está vinculado à valorização capitalista e/ou geopolítica do espaço. Pelo contrário, a formação dos territórios indígenas está vinculada à valorização simbólica do espaço, ou seja, tanto aos mecanismos de construção de identidade quanto às cosmologias indígenas. Apesar dessa uniformidade, ainda assim cabe ressaltar a diversidade de expressões culturais e formações territoriais indígenas^{iv}. Nesse ponto, torna-se clara a complementaridade entre a geografia e a antropologia.

A partir de outra perspectiva, desenvolvida pela antropologia econômica, a distinção fundamental no campo das ciências sociais entre racionalidade instrumental e racionalidade substantiva constitui o substrato para a reflexão e interpretação do problema em questão. Concretamente, enquanto que a racionalidade instrumental nos dá as técnicas, a racionalidade substantiva nos dá os valores, sejam eles morais, religiosos, éticos ou estéticos (FURTADO 1980). Fazendo uma analogia teórica, a valorização capitalista e/ou geopolítica dos territórios indígenas está para a geografia econômica assim como a instrumentalização das economias indígenas está para a antropologia econômica. Nesse último caso, as noções de "economia substantiva" e "economia instrumental" são categorias fundamentais de análise^v.

Se na dimensão econômica as abordagens levadas a cabo pela geografia e pela antropologia se retroalimentam, na dimensão da vida política esta complementaridade é ainda mais exacerbada. No domínio da geografia política o conceito de território está sempre ligado à idéia de poder. Ou seja, território é definido como a espacialização do poder (Moraes, 2000). Deixando de lado críticos como Dubey (2004), para quem o movimento pós-moderno na geografia peca por focar a análise na micropolítica das relações locais, o que resulta numa excessiva antropologização do território, o instrumental desenvolvido pela antropologia política, principalmente através da obra de Pierre Clastres, oferece uma grande contribuição na interpretação do problema colocado. Assim, o estudo dos territórios indígenas deve ser acompanhado do estudo da organização política indígena, ou seja, o que caracteriza a dimensão política destas sociedades^{vi}.

Levando em conta a definição de território como a extensão geográfica do exercício do poder, ao submeterem as sociedades indígenas a diferentes modalidades de dominação política tanto o Estado como o sistema corporativo multinacional apropriaram-se dos territórios indígenas. No caso do Estado, o fato das sociedades indígenas estarem sob tutela da Fundação Nacional do Índio transformou os territórios indígenas em território estatal brasileiro. De fato, a criação da categoria jurídica Terra Indígena cristaliza esse processo. Já no caso da atuação corporativa, cujo fundamento é o discurso da globalização e do desenvolvimento sustentável, a integração das sociedades indígenas à economia-mundo capitalista terminou por converter os territórios indígenas em espaços da chamada "aldeia global".

Além da recusa do Estado (CLASTRES, 1988), outras especificidades contribuem para aprofundar o abismo cultural que separa sociedades indígenas de não indígenas. Tais especificidades, ou descontinuidades culturais estão na raiz do fenômeno da "fricção interétnica" (OLIVEIRA, 1978), entendido como o processo conflitivo de mudança e resistência cultural das sociedades indígenas a partir do contato com as frentes de expansão da sociedade nacional. Através de um procedimento de abstração, Lévi-Strauss (1993) identifica pelos menos três "causas profundas de resistência ao desenvolvimento": em primeiro, aquilo que ele denomina "vontade de unidade", ou seja, o caráter não competitivo da organização social e econômica indígena. Em segundo, o respeito pela natureza. De acordo com o autor, no pensamento indígena a natureza assume sempre um caráter ambíguo no qual, se por um lado a natureza física tem status de pré-cultura, a sobrenatureza está situada incontestavelmente acima da cultura. Nesse sentido, em comparação ao essencial, isto é, à relação entre o ser humano e o sobrenatural, as técnicas e os objetos manufaturados sofrem, na perspectiva ameríndia, uma desvalorização. Finalmente, a recusa da história, ou melhor, a repugnância por engajar-se num devir histórico é um aspecto fundamental da condição indígena.

Dessa forma, tomando a noção de territorialidade como o universo cultural, político e ideológico que está por trás dos padrões espaciais, e considerando o termo ideologia não como um produto da ilusão, mas sim como uma visão de mundo (MORAES, 1996), torna-se clara a incompatibilidade entre as modalidades ideológicas e de produção do espaço das sociedades indígenas de um lado e do Estado e do sistema corporativo de outro. Ou seja, se

por um lado o pensamento indígena está alicerçado numa ideologia que recusa o Estado e o devir histórico - o que termina por condicionar uma organização social e econômica cujo fundamento é a racionalidade substantiva - e numa concepção de território associada à identidade e a sobrenatureza, por outro lado tanto o Estado quanto o sistema corporativo fundamentam suas políticas numa ideologia positivista travestida de "missão civilizatória". Além de submeter as sociedades indígenas às estruturas hierárquicas de poder, estas práticas terminam por instrumentalizar tanto as economias como os próprios territórios indígenas. Como será evidenciado a seguir, a partir da apresentação do caso no Médio Xingu, tal incompatibilidade, ou melhor, a desconsideração das especificidades culturais indígenas por parte do Estado e do sistema corporativo multinacional constitui a base lógica para a interpretação da problemática apresentada.

II - O Estado e a atuação corporativa no Médio Xingu

Territórios Indígenas no Médio Xingu

O bloco composto pelas Terras Indígenas (TIs): Trincheira-Bacajá (1.650.939 ha), Koatinemo (387.834 ha), Araweté/Ig.Ipixuna (940.900 ha), Apyterewa (773.000 ha), Kararaô (330.837 ha), Arara (274.010 ha) e Cachoeira Seca (760.000 ha), localizado no Médio Xingu, Estado do Pará, representa uma área de cerca de 5.117.520 ha (Figura 1). A área em questão apresenta grande diversidade sociocultural, evidenciada pela presença de sociedades indígenas pertencentes a três troncos lingüísticos distintos e com costumes singulares: Tupi-Guarani (Asuriní do Xingu, Araweté e Parakanã), Macro-Jê (Xikrin do Bacajá e Kayapó Kararaô) e Karib (Arara). Contatadas nas décadas de 1970 e 80 (com exceção dos Xikrin do Bacajá, contatados em 1959) por ocasião da abertura da rodovia Transamazônica (BR-230), inaugurada em 1971, estas sociedades indígenas encontram-se atualmente em situação de grande vulnerabilidade sociocultural, econômica e territorial, resultante do complicado processo econômico vigente na região.

A ação estatal: dos projetos de colonização à atuação recente da Funai

A abertura da rodovia Transamazônica no início da década de 1970 representou uma ruptura na ordem socioeconômica e territorial vigente até então na região polarizada por Altamira. Os Projetos Integrados de Colonização (PICs) ao longo da Transamazônica (PICs Altamira, Marabá e Itaituba) representaram efetivamente investimentos públicos pesados: construção de estradas e vicinais, infra-estruturas sociais e agrícolas, programas de crédito e assistência técnica. Os colonos beneficiados pelo PIC além de receberem o título de propriedade dos lotes e casas de madeira recebiam ajuda de custo para o primeiro ano agrícola e para a primeira derrubada da mata. Como resultado, depois de um rápido crescimento populacional nos anos 1970, característico das frentes de colonização, na década de 1980 a dinâmica econômica associada principalmente à agropecuária e à extração madeireira continuou num ritmo similar. Caracterizado pela exploração irracional dos recursos florestais e explosão dos conflitos pela posse da terra, esse processo de colonização sob um modelo de ocupação não planejada teve enormes repercussões sobre os territórios indígenas.

No caso da área ao sul do bloco de Terras Indígenas do Médio Xingu, polarizada pelo município de São Félix do Xingu, o processo de ocupação e colonização foi mais recente. Em 1978, a licitação realizada pelo governo brasileiro para a implantação de um projeto de colonização foi vencida pela construtora Andrade Gutierrez. Este projeto, fundamentado na associação da agropecuária e extração madeireira, resultou na criação dos municípios de Tucumã e Ourilândia do Norte (desmembrados de São Félix do Xingu), dando origem a um intenso processo migratório. Tal processo tomou maiores proporções com a abertura da rodovia PA-279 (que liga Xinguara a São Félix do Xingu) e com a descoberta de Serra Pelada no início dos anos 1980.

A contrapartida dos projetos de colonização e ocupação territorial no Médio Xingu foi o início do processo de "pacificação" das diversas sociedades indígenas até então isoladas. Tal empreendimento foi levado a cabo pela Funai, através das Frentes de Atração. Como mencionado anteriormente, com exceção da população Xikrin-Kayapó do rio Bacajá, contatada em 1959 por trabalhadores de um garimpo, todos os outros grupos do Médio Xingu passaram a entrar em contato com as frentes de expansão da sociedade nacional a

partir de 1971, com a abertura da Transamazônica. No período trágico entre aquele ano e 1987 (ano em que o último grupo - os Arara - foi contatado pela Frente chefiada pelo sertanista Sidney Possuelo), os contatos estabelecidos pelas Frentes da Funai seguiram o padrão nacional: epidemias de gripe e sarampo dizimaram grande parte dessas populações, confinamento territorial, submissão política, dependência de produtos industrializados.

O avanço das frentes de colonização, a letargia da União no processo de regularização fundiária das TIs, a contraditoriedade entre as políticas públicas dos órgãos oficiais de reforma agrária e ação indigenista e a precariedade do aparato fiscalizatório da Funai estão na origem das invasões sistemáticas dos territórios indígenas do Médio Xingu por parte de madeireiros, grileiros, fazendeiros e posseiros. Neste caso, o desflorestamento e a rede de estradas endógenas ilegais nas Terras Indígenas constituem a resultante territorial do processo irracional de crescimento econômico engendrado pelos projetos de colonização.

FIGURA 2. Desmatamento e estradas endógenas nas TIs do Médio Xingu

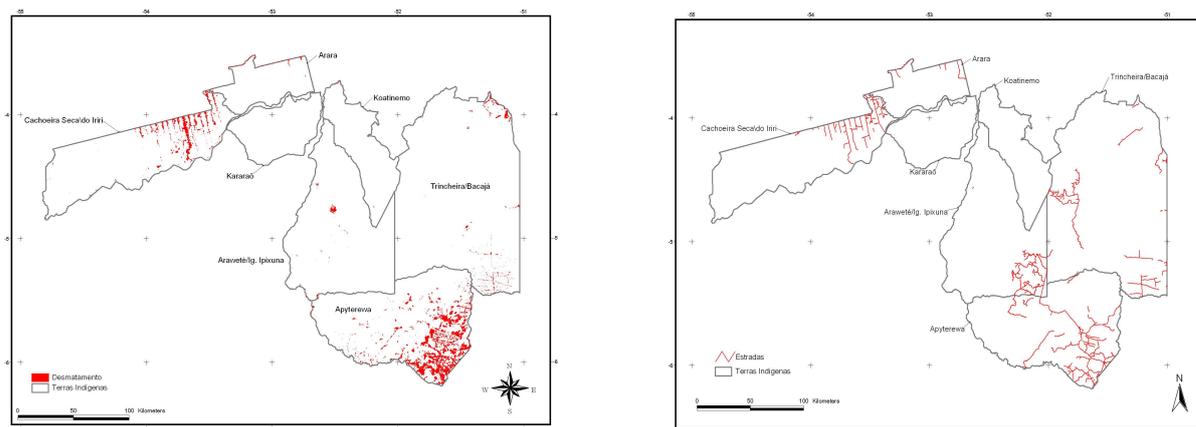


TABELA 1. Desmatamento e estradas endógenas nas TIs do Médio Xingu

Terra Indígena	Área total (ha)	Área desmatada (ha)	Estradas (km)
Apyterewa	980.000	106.000	728
Arara	274.010	2.594	67
Araweté	940.900	3.406	317,6
Cachoeira Seca	760.000	33.776	380
Kararaô	330.837	60	0
Koatinemo	387.834	318	0
Trincheira-Bacajá	1.650.939	11.565	475
Total	5.117.520	157.719	1967,6

Fonte: CTI (2006)

Quanto à assistência do Estado às populações indígenas através da Fundação Nacional do Índio (Funai), do ponto de vista da antropologia a política indigenista oficial é desastrosa e equivocada. Criada em 1967 para suceder o extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI, idealizado por Marechal Rondon), a Funai fundamenta-se numa concepção positivista e preconceituosa da questão indígena. Partindo do pressuposto duvidoso de que os povos indígenas estão na origem da História ou do processo civilizatório, a política indigenista oficial opera no sentido de integrar ("emancipar", na linguagem da Funai) as sociedades indígenas à moderna e civilizada sociedade brasileira.

No caso do Médio Xingu, a atuação da Funai é caracterizada principalmente pela letargia no processo de regularização e fiscalização das TIs, pela conivência com atividades ilegais desenvolvidas no interior dos territórios indígenas, pelo autoritarismo político e pela tentativa de converter as economias indígenas em uma parcela do campesinato local. Com relação aos processos fundiários, o caso das TIs Apyterewa e Cachoeira Seca, cujos processos homologatórios têm se estendido por mais de 20 anos, deixa claro a ineficiência da Funai na resolução do conflito instalado entre indígenas de um lado, e colonos, madeireiros, grileiros e fazendeiros de outro. A conivência da Funai quanto à extração ilegal de madeira nas TIs Trincheira-Bacajá, Apyterewa e Cachoeira Seca é outro indicador do descaso do órgão federal com relação aos povos xinguanos.

O autoritarismo político é cristalizado principalmente na atuação dos funcionários que trabalham nas aldeias (os chamados "chefes de posto"). No caso específico das aldeias Tupi, onde o poder é disperso entre os diversos grupos domésticos, geralmente os chefes de posto recorrem, com base no estereótipo da aldeia indígena com um cacique, à prática autoritária de determinar, de cima pra baixo e de fora pra dentro, quem é o cacique da aldeia. Tal práxis inclusive é fundamentada numa "reciprocidade" na qual os servidores da Funai outorgam poder aos indígenas que lhes legitimam a atuação enquanto chefes de posto^{vii}.

Por fim, na dimensão econômica, a tentativa frustrada, observada na TI Koatinemo (sociedade Asuriní do Xingu) ao longo do ano de 2005, de transformar os indígenas em produtores rurais torna claro o equívoco das estratégias econômicas fomentadas pelo órgão oficial. No caso observado, a decisão do Posto da Funai de fomentar uma grande roça coletiva de arroz com objetivos comerciais, ao desconsiderar aspectos sociológicos,

políticos, tecnológicos, territoriais e sazonais da economia indígena^{viii}, além de desestruturar, naquele ano, o sistema produtivo Asuriní, terminou em fiasco. Ou seja, falhou a tentativa do Estado de instrumentalizar e integrar a economia indígena ao sistema econômico capitalista.

A "parceria" Amazoncoop-The Body Shop

A primeira iniciativa de comercialização do óleo-de-castanha entre a empresa de cosméticos britânica *The Body Shop* e as sociedades indígenas do Xingu partiu da proprietária da *The Body Shop*, Anita Roddick. Nesta ocasião, a empresária convidou a liderança Kayapó da aldeia A'Ukre, Payakan, durante a realização do protesto de Altamira em 1989^{ix}. Durante este estágio inicial, a parceria comercial envolvia apenas as aldeias Kayapó de A'Ukre e Pukany, situadas no bloco de TIs Kayapó no sul do Pará.

Nas Terras Indígenas do Médio Xingu, a "parceria" comunidade-empresa era, até meados de 2006, representada pela comercialização de óleo de castanha-do-pará estabelecida entre a multinacional britânica de cosméticos *The Body Shop* e a suposta cooperativa^x indígena *Amazoncoop*, constituída, no papel, por diversas sociedades indígenas do médio Xingu. Idealizada pelo Superintendente da Funai em Altamira em 1998, o processo de produção de óleo englobava tanto os indígenas aldeados, responsáveis pela coleta das castanhas, como os cidadãos, encarregados pela extração do óleo. Segundo informações fornecidas pelo Superintendente, nos anos de 2004 e 2005 a exportação do óleo gerou receitas da ordem de US\$ 50.000 (2004) e US\$ 100.000 (2005).

No caso da *The Body Shop*, como contrapartida ao acesso aos recursos florestais e à possibilidade de associar o nome da corporação à causa indigenista amazônica, a empresa desenvolveu diversas práticas de "responsabilidade socioambiental": instalou nas aldeias chuveiros, pias, tanques, caixas d'água e poços artesianos; construiu numa ilha do Xingu um Hotel Ecológico denominado Tataquara, tentando assim colocar o turismo ecocultural como uma alternativa econômica para as sociedades indígenas; além disso, através da criação da ONG *Amazon Rainforest Foundation*, a empresa planejava desenvolver projetos de reflorestamento e seqüestro de carbono na Terra Indígena Apyterewa.

A despeito do aparente sucesso da relação comercial, em meados de 2005 e início de 2006 alguns desentendimentos administrativos deram início a uma disputa jurídico-política envolvendo os dirigentes da Amazoncoop e a The Body Shop. Embora não convenha aqui a descrição minuciosa dos fatos que levaram ao rompimento entre as partes envolvidas, o fracasso da parceria deixou evidente a força do poder político local - neste caso a Superintendência da Funai em Altamira - perante o poder econômico global - representado pela The Body Shop. Cabe lembrar que a tentativa da empresa de subverter a estrutura hierárquica do poder estatal, fortemente articulado com as lideranças indígenas do Médio Xingu, foi o principal motivo da desavença.

Da mesma forma que a atuação da Funai nas aldeias através dos Postos Indígenas, a parceria The Body Shop-Amazoncoop pode ser entendida como uma tentativa, promovida pela associação do Estado com o sistema corporativo multinacional, de integração das sociedades indígenas à economia capitalista. Nesse sentido, os dados de pesquisa levantados na TI Koatinemo ao longo do ano de 2005 constituem a evidência empírica desse fenômeno. No caso observado, o processo de instrumentalização econômica e de valorização capitalista do território indígena ficaram claros a partir da maior dedicação dos Asuriní à atividade comercial, abandono das estratégias econômicas tradicionais no período da coleta, monetarização de algumas relações sociais internas à sociedade, maior consumo de alimentos e bens industrializados e a não realização de rituais vinculados ao período de colheita de determinados produtos agrícolas. Ou seja, a atividade comercial fomentada pela parceria gerou naquele ano modificações significativas na relação culturalmente definida entre a sociedade Asuriní e o meio natural. Se com relação aos aspectos tecnológicos e sociológicos tal atividade não recorria a padrões completamente desconhecidos pelos indígenas - os instrumentos de coleta e a organização do trabalho baseada na divisão por grupos domésticos foi respeitada -, o mesmo não se dava com relação às dimensões culturais básicas da economia indígena, como a espacialidade, a sazonalidade e o não acúmulo de excedentes.

Considerações finais

A partir dessa breve avaliação é possível afirmar que no caso das sociedades indígenas consideradas neste trabalho, a política de integração e colonização empreendida

pelo regime militar deu início a um complexo processo de fricção interétnica e de transformações socioculturais nos territórios indígenas. A conclusão mais geral é a de que o contato com a sociedade nacional em expansão, a tutela do Estado através da Funai e as sucessivas tentativas de integração das sociedades indígenas à economia capitalista terminaram por determinar um processo de redução/reorganização das práticas econômicas, de sedentarização espacial e de transformação da organização política indígena. A partir disto, uma nova dinâmica territorial se configurou, com base em uma nova territorialidade indígena.

Apesar disso, aspectos como a manutenção da língua nativa, a continuidade dos modos de organização social e do trabalho, a retomada, a partir do fiasco das alternativas econômicas fomentadas pelo Estado e pelo sistema corporativo, de práticas econômicas e políticas tradicionais assim como a permanência de práticas artísticas e rituais são elementos da resistência indígena que além de tornarem clara a força da descontinuidade cultural, tornam patentes a ineficiência da ideologia da modernidade no sentido de homogeneizar as culturas e os territórios.

De fato, a desconsideração por parte tanto do Estado como do sistema corporativo multinacional dos fatores tecnológicos, sociológicos, culturais e políticos indígenas foi fator fundamental para a não consolidação entre as sociedades indígenas do Médio Xingu das atividades econômicas propostas pelas duas partes - a coleta de castanhas e o cultivo de arroz. Ambas as atividades, apresentadas pelos respectivos executores como instrumentos concretos para o desenvolvimento das sociedades indígenas, fundamentavam-se numa ideologia e numa racionalidade instrumental essencialmente estranha ao pensamento indígena.

Referências

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CORONIL, Fernando. "Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo". In: LANDER, E. (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CTI. Diagnóstico socioambiental do bloco de Terras Indígenas do Médio Xingu. Relatório final. Brasília: Centro de Trabalho Indigenista, 2006.

DUBEY, Madhu. "Geografias posmodernas". In: MIGNOLO, W.; DUBE, I.; DUBE, S. (Orgs.) Modernidades coloniales. Cidade do México: Colégio de México, 2004.

FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GALLOIS, Dominique. "Sociedades indígenas e desenvolvimento". In: GRUPIONI, L. VIDAL, L. & FISCHER, R (orgs.) Povos indígenas e tolerância. São Paulo: Edusp/Unesco, 2001.

LANDER, Edgardo. "Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos". In: LANDER, E. (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "As discontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico". In: Antropologia estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Série Antropologia, nº 322. Unb, 2002.

MELLO, Neli Aparecida. Políticas territoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Ideologias geográficas. São Paulo: Annablume, 1996.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Capitalismo, geografia e meio ambiente. Tese de Livre-Docência. São Paulo: FFLCH - USP, 2000.

_____. Território e história no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R. & COSTA, Wanderley Messias. Geografia crítica: a valorização do espaço. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

POLANYI, Karl. "El sistema económico como proceso institucionalizado". In: GODELIER, Maurice. (org.) Antropologia y economia. Barcelona: Anagrama, 1974.

SEVÁ FILHO, Oswaldo. (Org.) Tenotã-Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "Etnologia brasileira". In: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Antropologia (vol. II). São Paulo: Editora Sumaré: Anpocs, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & ANDRADE, Lúcia. "Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as Sociedades Indígenas". In: SANTOS, L. & ANDRADE, L.M.M. (orgs.) As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & SEEGER, Anthony. Terras e territórios indígenas no Brasil. In; Revista Encontros com a Civilização Brasileira, nº 12. Rio de Janeiro, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. Após o liberalismo. Petrópolis: Vozes, 2002.

ⁱ Levando em conta que o próprio designativo "sociedade indígena", ao homogeneizar um grande mosaico étnico, já é reducionista.

ⁱⁱ Sobre os processos de naturalização das ideologias e das relações sociais ver Lander (2005).

ⁱⁱⁱ Sobre este tema ver Moraes & Costa (1993) e Moraes (2000).

^{iv} Segundo Little (2002), importante pesquisador no campo da antropologia da territorialidade, "um aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela assume uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de territórios, cada um com suas especificidades socioculturais. Assim, a análise antropológica da territorialidade requer abordagens etnográficas e etnológicas para entender a diversidade territorial". Da mesma forma, mas abordando o caso específico das sociedades indígenas, Viveiros de Castro e Seeger (1979) advertem que a pluralidade de adaptações socioecológicas impede que se coloque a priori uma problemática uniforme da terra indígena. Segundo estes autores, é fundamental distinguir o conceito de terra como meio de produção daquele de território tribal, de dimensão socio-política-cosmológica mais ampla. Alguns grupos indígenas, como os Tupi, por praticarem formas de subsistência mais sedentárias, mantêm um enraizamento simbólico com o território, o qual possui papel fundamental na constituição da identidade e mitologia destes grupos. Outros grupos, como os Gê, por se apoiarem em formas mais móveis de adaptação ao meio natural, não definem sua identidade em relação a uma geografia determinada.

^v De acordo com um renomado autor da antropologia econômica: "o significado substantivo de econômico refere-se ao intercâmbio com o meio ambiente natural e social, na medida em que este intercâmbio tem como resultado proporcionar meios para a satisfação material da coletividade. Por outro lado, o significado formal de econômico deriva do caráter lógico

da relação entre meios e fins. Implica um conjunto de regras relativas à eleição entre usos alternativos de meios escassos”. (POLANYI, 1974:155).

^{vi} Neste sentido, Clastres (1988), ao discorrer sobre a filosofia da chefia indígena, escreve categoricamente: “A partir de que a tribo estima que determinado homem é digno de ser chefe? No final de contas, apenas em sua competência técnica. E, de nenhum modo, a sociedade deixa o chefe ir além deste limite técnico, jamais deixa uma autoridade técnica transformar-se em autoridade política. O chefe está a serviço da sociedade, é a sociedade em si mesma - lugar verdadeiro do poder - que exerce como tal sua autoridade sobre o chefe. O que nos mostram os selvagens é o esforço permanente para impedir que os chefes sejam chefes, é a recusa do Estado”.

^{vii} Neste sentido, o caso da sociedade Araweté descrito pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro é bastante representativo: “(...) a aldeia Araweté não tem - e tradicionalmente nunca parece ter tido - um centro, no sentido próprio, geográfico, ou no sentido político-ritual. Isto possui várias implicações, ligadas à estrutura social Araweté. Uma implicação importante é que o Posto Indígena da Funai assume-cria a função de centro político, e de espaço comunal público. Dá-se então que o espaço coletivo Araweté é ao mesmo tempo comunal e dos brancos, que passam assim a exercer um poder eminente sobre toda a sociedade. O “pátio dos brancos” é o “pátio central”, que se superimpõe à sociedade Araweté, a unifica e engloba. É assim que se fabrica o poder.” (VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O território Araweté. In: Processos Funai nº 707/79, Brasília.)

^{viii} Do ponto de vista técnico, foi observada a grande dificuldade dos Asuriní no trato de uma espécie alimentar alienígena - o arroz. De fato, os Asuriní não dominavam nem a técnica de cultivo, nem os cuidados com a planta, nem os métodos de colheita. Sociologicamente, o fato de a Funai ter ignorado a organização do trabalho fundamentada na divisão por grupos domésticos e ter convocado os Asuriní como um todo para a abertura e plantio da roça, teve repercussões negativas com relação à propriedade e distribuição do produto agrícola. Finalmente, a enorme dimensão da roça - chamada pelos Asuriní de roça-grande - assim como a quantidade de trabalho dispendida nela fugiam completamente ao padrão espacial e temporal/sazonal da agricultura Asuriní.

^{ix} No ano de 1989 Altamira foi palco de um protesto contra a implementação do Complexo Hidrelétrico do Xingu (atual CHE Belo Monte), que inundaria grande parte das áreas

indígenas. Ao invés da construção das usinas, a população de Altamira propôs como alternativa a extensão do “linhão” proveniente da usina já implantada em Tucuruí. Contando com a presença maciça dos povos indígenas, mídia nacional e estrangeira, ambientalistas, representantes de movimentos sociais e autoridades governamentais e políticas, o evento acabou ganhando notoriedade mundial pelo fato de que durante a exposição de José Antônio Muniz Lopes, então diretor da Eletronorte, a índia Tuíra Kayapó levanta-se da platéia e encosta a lâmina de seu facão no rosto do diretor da estatal num gesto de advertência, expressando sua indignação. A cena é reproduzida em jornais de diversos países e torna-se histórica. Na ocasião, Muniz Lopes anuncia que, por significar uma agressão cultural aos índios, a usina Kararaô - nome que significa grito de guerra em Kayapó - receberia um outro nome e não seriam mais adotados nomes indígenas em usinas hidrelétricas. Para mais detalhes sobre o CHE ver as obras “As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas”, organizada por Santos e Andrade (1988) e “Tenotã-Mõ”, organizado por Sevá Filho (2005).

^x A Amazoncoop não era nem cooperativa nem indígena. Não era cooperativa pois não havia cooperados, o processo decisório era antidemocrático, não havia assembleias, as sobras (lucros) não eram repartidas entre os membros indígenas, os quais não eram donos dos meios de produção. Também não era indígena pois não havia índios entre os cooperados. Na verdade, a Amazoncoop era uma empresa cujos “cooperados” eram o Superintendente da Funai, um pastor evangélico e um empresário. Os serviços de coleta das castanhas e extração do óleo executados pelos indígenas eram terceirizados e os lucros eram apropriados pelos “donos” da cooperativa indígena.